

ESPLANADA GERAL

Sindsep-DF diz não a Bush e sua política de exploração

O Sindsep-DF participou, na sexta-feira, dia 04.11, em frente a embaixada dos Estados Unidos, do "Fora Bush" ato unificado organizado pela Coordenação dos Movimentos Sociais. À tarde, o sindicato distribuiu, na Rodoviária do Plano Piloto, 20 mil panfletos contra a presença de Bush no Brasil.

No manifesto, o sindicato repudia o controle que os Estados Unidos exercem sobre os países da América Latina, sua política de exploração econômica, de dominação dos povos, e a promoção de guerras como as do Afeganistão, Iraque e Haiti.

O Sindsep-DF entende que é a política de submissão ao FMI – que exige que o governo brasileiro destine 4,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento da dívida externa – a responsável pela falta de recursos para a Saúde, Educação, Saneamento, Transporte e tantas outras ações públicas, além, é claro, dos recursos necessários para um



serviço público de qualidade.

É para sustentar essa política que o governo pretende destinar no máximo R\$ 2 bilhões para o reajuste do funcionalismo público, segundo relatório preliminar do Orçamento da União para 2006. Assinado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC), o

relatório deve ser votado pela Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira, dia 08.11.

A verdade é que esses recursos poderiam ser bem maiores, se o FMI não fosse a prioridade do governo. O Sindsep-DF vai continuar alerta na luta pelos direitos dos servidores públicos.



15% do Legislativo

Na quinta-feira, dia 03.11, as Mesas Diretores do Senado e da Câmara responderam ao pedido de informações do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o reajuste de 15% aos servidores do Legislativo. A solicitação foi encaminhada pelo relator da Ação Direta de

Inconstitucionalidade – Adin nº 3599/2005, ministro Gilmar Mendes. Agora, o STF encaminhará as informações ao Ministério Público para que se pronuncie sobre o assunto.

É possível que o mérito da Adin seja julgado apenas no próximo ano, já que a agenda

do Supremo está sobrecarregada devido a ações urgentes que envolvem prisões e perda de mandatos de parlamentares.

Na pauta da próxima semana, o Congresso Nacional deverá incluir o veto ao reajuste do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ciência e Tecnologia

Em assembléia convocada pelos delegados sindicais e Associação dos Servidores da Ciência e Tecnologia – ASCT, dia 26.10, os servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia discutiram a rei-

vindicação salarial e a atualização da pauta.

Também na assembléia foram eleitos os delegados que irão representar o MCT no Encontro Nacional dos Servidores de Ciência e Tecnologia, que

será nesta terça e quarta-feiras, dias 08 e 09 de novembro. Serão dois delegados e um observador.

Os servidores voltam a se reunir em assembléia na quinta-feira, dia 10.11, às 14h, no auditório do MCT.

AGU

Na quinta-feira, dia 27.10, os servidores da AGU participaram de assembléia convocada pela delegacia sindical e associação.

Bastante concorrida, a assembléia discutiu o plano de saúde e a luta pelo plano de carreira.

Foram feitos diversos encaminhamentos, inclusive uma proposta de suspensão do desconto na fo-

lha de pagamento do plano de saúde até que se resolve o problema da intervenção e da falta de atendimento do mesmo.

A Mesa Setorial, junto com a Delegacia Sindical, já solicitou orçamentos a outras operadoras de planos de saúde.

Em relação ao plano de carreira, eles deliberaram que irão continuar mobilizados. Esta sema-

na, os servidores voltam a se reunir para preparar a mobilização que deverá, inclusive, envolver discussão com outros setores do serviço público que se encontram na mesma situação.

A luta pelo Plano de Carreira continua e agora muito mais vigorosa. Os servidores cobram mais desempenho da direção da AGU.

Funasa

O presidente da Funasa, Paulo de Tarso Lutoso, irá receber uma comissão de representantes dos servidores da Funasa. A reunião foi solicitada durante manifestação dos servidores do órgão lotados na sede em Brasília, na

quinta-feira, dia 27.10.

Os servidores denunciaram ao Sindsep-DF e Condsef que a presidência da Funasa vem contratando trabalhadores sem concurso público e colocando servidores concursados à disposição dos Recursos

Humanos. As entidades vão denunciar as informações ao Ministério Público e a outras instâncias. Na terça-feira, dia 8.11, toda a categoria participa de uma assembléia onde os desdobramentos dessas questões serão relatados.

Itamaraty

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) não aprovou a emenda ao Projeto de Lei 5.451/05, do Poder Executivo, que concedia aos servidores do PCCS os mesmos benefícios destinados aos diplomatas. Ou seja, reajuste em forma de gratificação de até 100% para os servidores ativos e, no caso de aposentados e pensionistas, de 10% a 30% de aumento.

A CFT considerou a emenda inviável do ponto de vista da admissibilidade

financeira orçamentária, já que os recursos não estão previstos na Lei Orçamentária da União. Pela mesma razão, a emenda que pleiteava a manutenção da VPNI para os servidores da carreira de assistente de chancelaria também foi rejeitada.

A bancada sindical – formada por representantes da CUT, Condsef e Sindsep-DF – está tentando uma reunião com o deputado Wasny de Roure e o líder do governo no Congresso Nacional para As-

suntos de Orçamento e Finanças, deputado Vignatti, em conjunto com o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, e a Comissão de Tributação, para buscar uma solução negociada para o assunto.

A delegacia sindical do MRE convoca todos os servidores lotados no Itamaraty para uma reunião geral nesta quinta-feira, dia 10.11, às 14h, no auditório do Bolo de Noiva.

Saúde, Trabalho e Previdência

Em reunião da Condsef com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, dia 31.10, para tratar dos planos de carreira dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego, e Previdência

Social, foi estabelecido seguinte cronograma: a) até o dia 31.12, diagnóstico de todos os cargos, remuneração e quantitativos de pessoal dos três ministérios; b) até o dia 15 de março de 2006, análise do diagnósti-

co; c) até o dia 30 de junho de 2006, prazo final para a conclusão da proposta do Plano de Carreira para os três ministérios. A primeira reunião de trabalho entre as bancadas Sindical e Governamental será dia 17.11.

Inkra

Após muita pressão, os servidores do Incra e a Condsef, finalmente, conseguiram instalar provisoriamente a Mesa Setorial Permanente do Incra/MDA, no dia 05.10. A Mesa irá discutir inicialmente a Agenda Emergencial, que trata de questões pendentes referentes a acordos celebrados com o governo como resultado das duas greves realizadas pela categoria, em 2004 e neste ano.

Considerado estratégico e de suma importância para a execução da reforma agrária no Brasil – um dos compromissos de campanha assumido pelo governo –, o Incra ainda convive com condições bastante precárias em termos de funcionamento.

Os servidores entendem que um dos primeiros passos para a execução da tão sonhada reforma agrária é a

reestruturação do órgão, com a recomposição da sua força de trabalho e a correção das severas distorções presentes na carreira de seus servidores, além, evidentemente, da aprovação dos novos índices agropecuários necessários a ampliação do universo de áreas passíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

A instalação da Mesa Setorial é apenas o primeiro passo. Os servidores e os trabalhadores rurais interessados na execução da reforma agrária precisam continuar unidos para cobrar do governo uma solução definitiva aos problemas enfrentados pelo Incra, que o tem mantido em condições deploráveis de funcionamento, muito aquém da importância determinada pela sua missão de fazer a reforma agrária no Brasil.

Gestão de Florestas

Graças à corrida para aprovar a MP do Bem, a Presidência da República retirou a urgência do PLC 062/05 (PL 4.776/05), que trata da Gestão de Florestas Públicas. Agora, o projeto aguarda publicação no Diário Oficial, pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, dos pareceres das Comissões de Meio Ambiente, de Assuntos Econômicos, e de Constituição Justiça e Cidadania, os três favoráveis ao PLC, para então ser lido no plenário da Casa. Após a leitura, os senadores terão cinco dias úteis para apresentar emendas e, caso isso ocorra, a matéria retorna para nova apreciação nas três comissões. Se nenhuma emenda for apresentada, o PLC entrará novamente na Ordem do Dia para vota-

ção no plenário.

O PLC prevê a destinação de mais de 47% da floresta Amazônica para exploração comercial em regime de concessão de uso por até 40 anos. Apesar do Ministério do Meio Ambiente, autor do projeto, alegar que as licitações serão abertas à participação das comunidades locais, por meio de cooperativas, ambientalistas e servidores do Ibama acreditam que será difícil competir em recursos financeiros e equipamentos com as grandes empresas. Outro argumento do governo federal é de que o PL pode representar a solução na disputa por terras na região e a extração ilegal de madeira, mas os servidores do Ibama temem que possa acirrar ainda mais os conflitos na região.

Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Meicar Carvalho Campos – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf